

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51.972 - MG (2016/0237239-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : E J V P  
**RECORRENTE** : C R P  
**RECORRENTE** : T V P  
**RECORRENTE** : M T P B  
**RECORRENTE** : R V P  
**ADVOGADOS** : ARMANDO DUTRA NOGUEIRA - MG031378N  
LUCIANA MONTEIRO NOGUEIRA E OUTRO(S) - MG136355  
**RECORRIDO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**INTERES.** : C A S M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por E J V P, C R P, T V P, M T P B e R V P contra decisão que indeferiu liminarmente o mandado de segurança por eles impetrado perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o fundamento de *"inadequação da via eleita, haja vista que não restou demonstrado nos autos qualquer ofensa a direito líquido e certo dos impetrantes"* (e-STJ fl. 275).

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa que o inquérito policial não poderia ter sido arquivado, porquanto *"a perícia oficial realizada pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil de Minas Gerais ratificou o parecer grafotécnico/documentoscópico extraoficial comprovando e demonstrando a existência de provas suficientes para o oferecimento da denúncia"* (e-STJ fl. 300).

Requer *"seja conhecido o presente recurso e, quando de seu julgamento, lhe seja dado integral provimento atendendo aos pedidos insertos na peça exordial do Mandado de Segurança, reformando a decisão ora combatida proferida pelo digno Desembargador Relator/regional, que ratificou a decisão monocrática de primeira instância, que gerou o inconformismo pelo indeferido liminarmente pelo TJMG"* (e-STJ fl. 310).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso em parecer assim ementado (e-STJ fl. 334):

**RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA.**

RECLAMO MANEJADO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR RELATOR DE TRIBUNAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DO REQUISITO OBJETIVO DE ADEQUAÇÃO RECURSAL. DECISÃO QUE NÃO EXAURE O DEBATE NA INSTÂNCIA ANTERIOR, O QUE PODERIA GERAR SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTE. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

É, em síntese, o relatório.

*Ab initio*, cumpre registrar que o presente recurso ordinário ataca decisão monocrática, da lavra do Desembargador Júlio Cezar Gutierrez, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Nessa toada, é imperioso observar que esta Corte não pode conhecer do recurso, tendo em vista que o art. 105, II, "b", da Constituição da República dispõe que compete a este Tribunal Superior julgar, em recurso ordinário, "os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão".

Com efeito, não se submete à competência do Superior Tribunal de Justiça o exame de recurso ordinário impetrado contra decisão singular de desembargador.

Nesse sentido, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 281/STF. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Pernambuco, ora recorrente, contra ato do Chefe de Polícia Civil do Estado de Pernambuco, ora recorrido, objetivando, em síntese, que seja determinado que, em qualquer movimentação de policiais com base na Portaria nº 97/2015, se faça a motivação do ato de remoção, a publicação da Portaria de remoção e a comunicação da nova lotação ao policial.

2. O Tribunal a quo, na decisão monocrática de fls. 78-82, indeferiu a petição inicial.

**3. É firme no STJ o entendimento de que descabe Recurso Ordinário interposto contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Tribunais. Por conseguinte, não foi atendido o requisito legal do exaurimento da instância ordinária, permissor do trânsito do apelo excepcional. Incidência, por analogia, da Súmula 281 do STF.**

4. Assim, o interessado deveria ter esgotado os recursos cabíveis na origem, com a interposição do Agravo previsto no artigo 557, § 1º, do CPC/1973, para que o Colegiado deliberasse a respeito da matéria. Só então, se houvesse interesse, a questão poderia ser trazida ao Superior Tribunal de Justiça.

5. Recurso Ordinário não conhecido. (RMS 52.652/PE, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/04/2017, grifei.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA, PROFERIDA EM 2º GRAU. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

**I. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é inviável o conhecimento de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto contra decisão monocrática, proferida em 2º Grau, por ausência de esgotamento das instâncias ordinárias. Precedentes do STJ (RMS 35.923/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/04/2013; STJ, AgRg no RMS 38.533/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/09/2012).**

II. Agravo Regimental improvido. (AgRg nos EDcl no RMS 46.698/PI, relatora Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/05/2015, grifei.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT JULGADO MEDIANTE DECISÃO SINGULAR DO RELATOR. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORIGINÁRIA.

**1. Não cabe recurso ordinário contra decisão monocrática do relator que julga o mandado de segurança na origem, sob pena de indevida supressão de instância.** Precedentes: RMS 38.796/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/09/2012; AgRg no RMS 35.293/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 30/09/2011; RMS 32.932/MA, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 14/2/2011; RMS 22.990/SC, Rel.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 26/03/2008; entre outros

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no RMS 41.528/GO, relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/05/2013, grifei.)

Tal o contexto, **não conheço** do presente recurso ordinário em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator